A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NOS CURRÍCULOS DO ENSINO MÉDIO NOS PAÍSES DA CPLP

Bruno Gomes [1], Brena Kécia Andrade de Oliveira [2], Joana Elisa Rower [3]

RESUMO

O presente trabalho faz uma abordagem sobre a presença de sociologia nos currículos do ensino médio nos Países da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa – CPLP e objetivando a compreensão da concepção hegemônica do currículo do pensamento eurocêntrico, também analisa-se a Conferencia de Jomtien (Tailândia) de 1990 sobre Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e a Educação para todos: compromisso de Dakar (Senegal) realizado em 2000, com propósito de compreender as reforma políticas educacionais nos países em analise, sendo que estas constituem o alicerce para compreensão dos sistema educativo dos países da CPLP e os documentos normativos da educação nesses países e, com a grande influência da política neoliberal. Por fim, trouxe alguns resultados representados nas tabelas sobre as Leis de base da educação, planos curriculares e presença de sociologia nesses currículos pós reforma nos Países da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa – CPLP.

Palavras-chave:

Currículo. Políticas educacionais. Ensino de Sociologia. CPLP.

[1] UNILAB, Instituto de Humanidades - IH , Discente, e-mail: b.gomes23@hotmail.com
[2] UNILAB, Instituto de Humanidades - IH, Discente, e-mail: brenakeciaa@gmail.com
[3] UNILAB, Instituto de Humanidades- IH, Docente, e-mail: joanarower@gmail.com

INTRODUÇÃO

O artigo tem como propósito analisar os currículos e a reforma educacional nos países da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa – CPLP e descrever comparativamente a presença da sociologia na escola do ensino médio dos países membros dessa organização. Também objetiva-se a compreensão dos aspectos sociológicos, políticos e históricos das reformas dos sistemas de ensino a partir da década de 1990 tendo como referência a concepção hegemônica do currículo e as duas grandes Conferências Mundiais da Educação: a Conferência de Jomtien (Tailândia) de 1990 sobre Declaração Mundial da Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e a Educação para todos: compromisso de Dakar (Senegal) realizada em 2000.
Os dois encontros mundiais sobre educação desempenharam papel importante em relação aos objetivos e metas da educação a nível global, influenciando a construção de textos de diretrizes e orientações educacionais nacionais também no que diz respeito a reinvenções do currículo escolar e a presença da sociologia no currículo desses países nos períodos pós-reforma da educação.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa. Em relação aos seus objetivos se caracteriza como descritiva e explicativa, tendo como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental. O foco das análises recaiu sobre as legislações educacionais, planos curriculares, Leis de Bases dos Sistemas de Ensino dos países membros da CPLP (a partir da década de 1990); e, documentos produzidos pelos organismos internacionais no âmbito das principais Conferências Mundiais da Educação como a Declaração Mundial da Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990) e a Educação para todos: compromisso de Dakar (2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.1. Concepção hegemônico do currículo

A história da educação nos países da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP foi marcada pela grande influência da concepção hegemônico ocidental da educação, particularmente no que diz respeito aos currículos escolares A similaridade dos conteúdos trabalhados nas escolas do ensino médio dos países da CPLP exceto Portugal durantes décadas, deve-se aos contextos históricos, político e econômico das relações internacionais entre os países do Norte Global com os do Sul Global e com grande apoio da política neoliberal, sobretudo na década de 80 e 90.
O sistema educacional eurocêntrico era considerado como modelo pela burguesia nacional brasileira que assumiu a gestão do país desde o período da República, ou seja, para muito a concepção neoliberal seria a solução para a educação no país. Também o mesmo ocorreu de forma semelhante com os países africanos da língua oficial portuguesa, tanto nas épocas dominação colonial portuguesa e quanto nos períodos pós-independências dos mesmos. Segundo Apple, (1989, p. 45) “precisamos retomar a ideia de cultura não como experiência vivida, mas como forma mercantilizada. Isso nos oferece um outro elemento para a compreensão de como as escolas atuam como locais de reprodução e produção ideológicaspara.
Ao fazer uma abordagem histórica e social a respeito das escolas modernas através dos currículos escolares, é notável a compreensão das reproduções ideológicas das práticas globais para o contexto local, particularmente nos países em análise.
Além de algumas questões levantadas antes no texto, como o modelo educacional fator econômico também é um dos principais pormenores que de forma direta ou indiretamente ajudam na produção e reprodução das concepções hegemônico das ideologias eurocêntricas nos currículos escolares dos países da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa – CPLP.

A partir dos anos 90, começaram a surgir questionamentos e críticas dos cientistas sociais, principalmente sociólogos, filósofos e historiadores acerca do modelo ocidental do currículo nos países da CPLP. A partir desse período começou a surgir as políticas de reinvenções do currículo, outrora chamado pelos alguns autores como Ball (2002) e Mainardes (2006) de processo de recontextualização curricular. De acordo com Oliveira (2016, p.95).

As políticas de currículo são então investigadas tendo em vista identificar as demandas curriculares articuladas na construção de uma dada estrutura interpretativa. Considerando-se que todas as regras com as quais a política de currículo tenta controlar o caráter político do currículo.

Nesse sentido, é importante salientar que no campo das políticas educacionais, principalmente no que diz respeito a construção ou estruturação dos currículos escolares perpassam pelas grandes articulações, políticas econômica e social com diferentes agentes e grupos de interesses públicos ou privados para o controle dos sistemas educacionais nos países em abordagem.

Contudo, a reflexão de Ball (2002) sobre os ciclos das políticas educacionais nos leva a uma compreensão mais diversificada e objetiva, particularmente quando se trata das abordagens sobre as disputas pelo controle hegemônico dos currículos escolares. Dessa forma, Ball (2002) mencionou os contextos que devem ser considerados e analisados cuidadosamente quando se faz uma abordagem sobre políticas educacionais e currículos escolares como um todo, a saber: (1) o contexto da influência; (2) o contexto de produção do texto; e, (3) o contexto da prática. Conforme Ball (2002, p.01-02), o contexto da influência é onde as políticas são construídas e depois são transformados nos textos oficiais para que possam ser divulgadas nas redes de comunicação sociais para que no final possam ser efetivadas pelos órgãos competentes, por isso, que essa fase é denominada de contexto da prática.

1.2. Reforma da educação nos países da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa – CPLP

Nesse subtítulo iremos debruçar sobre principais aspectos que marcaram a reforma educacional nos países da comunidade dos países da língua oficial portuguesa – CPLP, mas, com a exceção de Portugal devido o foco do nosso projeto de pesquisa PIBIC/UNILAB. Resolvemos isentar Portugal dessa reflexão devido a questão histórico colonial do mesmo com os demais países que compõe essa organização.

Sendo assim, tomemos como ponto de partida as duas principais Conferências Mundiais da Educação, a Conferência de Jomtien (Tailândia) de 1990 da Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e Educação para todos: compromisso de Dakar (Senegal) realizado em 2000. As duas tiveram como objetivo o compromisso da construção de uma educação para todos sem discriminação social, de gênero, religião ou classe de qualquer indivíduo. Por outro lado, os dois documentos influenciam os países membros particularmente os da África de língua oficial portuguesa, recém-independentes a partir dos anos de 1973, a fazer reformas no setor da educação.

O artigo 3ª de Educação para Todos, compromisso de Dakar (2000, p.06) diz o seguinte;

reafirmamos a visão da declaração mundial de educação para todos (Jomtien, 1990), apoiada pela declaração universal de direitos humanos e pela convenção sobre os direitos da criança, de que toda criança, jovem ou adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a prender fazer, a conviver e a ser.

O artigo acima citado foi tido como referência para a reforma no ensino médio nos currículos da educação no Brasil, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Porém todos esses fizeram a reforma em períodos diferentes e, nelas a disciplina de Sociologia que é o foco da nossa análise, nos currículos do ensino secundário, apresenta variabilidade, aparecendo como disciplina obrigatória em alguns países, enquanto que em outros como optativa ou não existindo nos currículos. Contudo, trouxemos essas tabelas para ilustrar alguns resultados alcançados durante o período vigente da bolsa Pibic/Unilab.

Durante os meses da pesquisa e coleta das informações através das Leis de Bases da Educação, planos curriculares e alguns documentos nacionais relacionados ao ensino de Sociologia nos Países da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP, conseguimos alcançar os seguintes resultados representados nas tabelas, principalmente a última que trouxe informações mais detalhadas sobre a disciplina de sociologia nos países da CPLP.

CONCLUSÕES

Ao fim desta pesquisa e análises bibliográficas, consideramos que a concepção eurocêntrica possui uma influência política e econômica na educação dos países da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP durante décadas, e ao mesmo tempo, compreendemos que as duas principais conferências sobre a educação realizadas pela UNESCO e com a participação das organizações internacionais como Banco Mundial e o FMI, desempenharam papéis de grande importância, sobretudo no que se refere ao financiamento dos projetos políticos educacionais dos países em análise.
Quanto às reformas educacionais ou reinvenções do currículo como dizem Stephen Ball e Jefferson Mainardes, constatamos que a disciplina de sociologia em alguns países da CPLP não é considerada disciplina obrigatória no ensino médio, como no caso de Angola, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Em São Tomé Príncipe, Timor Leste e Brasil à disciplina de Sociologia está representado no currículo, mas com pouca visibilidade e interesse por parte dos profissionais da educação, por fim, em Moçambique é inexistente no currículo do ensino médio.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a professora Joana Elisa Röwer coordenadora do projeto Ensino de Sociologia nos Países da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa – CPLP, vinculado ao grupo de pesquisa Diálogos Urbanos, pelas orientações das atividades desenvolvidas durante o período vigente da Bolsa, também os nossos agradecimentos se estendem para a Pró Reitoria de Graduação, particularmente ao núcleo de PROPPG.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BALL, Stephen. Abordagem do ciclo de políticas. Londres, 2002.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. UNESCO 1998.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de política: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais: Campinas, 2006,Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, Marcia Betania de. Teoria do discurso: potencial para (re) leitura de política de currículo. Reinvenção do currículo: sentidos e reconfiguarações no contexto escolar/ Fortaleza, UFC, 2016.

UNESCO, Fórum mundial da educação para todos: compromisso de Dakar Senegal, 2002.